

## EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos o Número 1 do Ano 2, da Revista *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*.

A DRd, Revista eletrônica do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC), teve seu primeiro número editado em dezembro de 2011. Foi o nosso passo inicial, ao nos propormos, como veículo de divulgação científica, *contribuir com o debate sobre as múltiplas faces do desenvolvimento, na sua dimensão espacializada (local, regional, territorial)*, tendo como desafio principal *contribuir na compreensão da complexa problemática de inserção da dinâmica territorial na dinâmica global do desenvolvimento*. Agora, seis meses depois, atendendo nossa proposta de edição semestral, apresentamos o segundo número da revista, conforme resumo no quadro abaixo.

Artigos	Autor(es)	País/Instituição
<b>Primeiro Bloco - Reflexões sobre o Contestado, no ano do seu Centenário</b>		
1- Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado	Nilson Thomé	Brasil – SC UNIPLAC
2- Capital Transnacional na Região do Contestado: um estudo de caso da <i>Southern Brazil Lumber and Colonization Company</i>	Soeli Regina Lima	Brasil – PR UNESPAR
<b>Segundo Bloco - Contribuições teóricas sobre Desenvolvimento</b>		
3- Desenvolvimento: um Conceito Multidimensional	Elinaldo Santos Vitor Lélío Braga Reginaldo Santos Alexandra Braga	Brasil – BA UFBA
4- Contributo para um debate conceitual do ‘Desenvolvimento’ e ‘Subdesenvolvimento’	Emily Lange	Portugal Universidade de Lisboa
5- Sistema de <i>Governance</i> Territorial Local: caso de estudo da cidade da Guarda (Portugal)	Manuela Natário Fátima Narciso Teresa Paiva	Portugal Instituto Politécnico da Guarda
<b>Terceiro Bloco – Discussão teórica e experiências desenvolvimento sustentadas em ativos com especificidade territorial</b>		
6- Da vantagem comparativa à <i>vantagem diferenciadora</i> : estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento	Valdir Roque Dallabrida	Brasil - SC UnC
7- Estratégias Empresariais de Base Territorial: o caso Symington e a produção de Vinho do Porto	J. Freitas Santos J. Cadima Ribeiro	Portugal Instituto Politécnico do Porto e Universidade do Minho
8- Futuro e tradição: um novo paradigma de competitividade para as regiões rurais e menos desenvolvidas	Anabela Dinis	Portugal Universidade da Beira Interior

<b>Quarto Bloco - Experiências de desenvolvimento no Brasil e Argentina</b>		
9- Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das Regiões do Paraná	Paulo H. C. Eberhardt Jandir Ferrera de Lima	Brasil – PR UNIOESTE
10-Región fronteriza de Argentina y Brasil: asimetrías y potencialidades	Alfredo César Dachary Stella Maris Arnaiz	México - Jalisco Universidad de Guadalajara
<b>Resenha de Livro</b>		
11-Ordenamento do Território: um tema pouco discutido no Brasil	Sabrina D. Sander Giovane José Maiorki	Brasil – SC UnC

A revista DRd, no propósito de reafirmar o significado do *Centenário do Movimento do Contestado – 1912-2012* - período em que ocorreu a *Guerra do Contestado*, inicia esta edição com dois artigos de historiadores catarinenses. Entendemos ser oportuna a alusão ao fato histórico que chega ao seu centenário, pois, a UnC, além de sagrar o tema em seu nome, tem como um dos seus propósitos contribuir para o debate sobre o desenvolvimento da região em que se insere. Neste sentido, dois artigos rememoram registros sócio-históricos relacionados ao Contestado: o primeiro, apresentando o *tropeirismo dos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado*; o segundo, ressaltando um dos principais aspectos socioeconômicos do Movimento do Contestado, *a inserção do capital transnacional na região*. Esperamos em outras edições voltar ao tema, pois, a UnC pretende desenvolver atividades científico-culturais sobre o Centenário do Contestado até 2016, ano do final do conflito regional. Muito ainda resta a refletir sobre a rica, mas, por vezes, considerada trágica, história de ocupação da Região do Contestado, a qual coincide com a área de abrangência da UnC, na tentativa de entender e que aspectos terá contribuído, positiva ou negativamente, no desenvolvimento regional.

Um segundo bloco de artigos está focado no principal propósito da revista DRd: *contribuir com o debate sobre as múltiplas faces do desenvolvimento*. O primeiro deles, *Desenvolvimento: um conceito multidimensional*, propõe-se fazer uma reflexão sobre o processo de construção do conceito de desenvolvimento na sociedade capitalista, a partir da utilização da análise histórica, com ênfase em quatro dimensões, a econômica, a política, a social e a ambiental. O segundo, como o próprio título indica - *Contributo para um debate conceitual do ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’* - apresenta o conceito de desenvolvimento na sua abrangência e polissemia, mostrando que o mesmo tem sofrido vários *shifts* paradigmáticos ao longo da história e que, hoje em dia, o conceito pode subdividir-se em vários tipos de desenvolvimento, desde o humano, ao econômico, ao territorial, ao regional, ao local e mesmo ao sustentável. Mesmo que, no nosso entendimento pessoal tratam-se, mais do que “tipos”, de escalas e/ou dimensões do desenvolvimento, o artigo pretende ser um contributo para o debate teórico do desenvolvimento, traçando a evolução deste conceito ao longo dos modelos de desenvolvimento que predominaram historicamente, procurando estabelecer relações entre diferentes contextos e preparando terreno para uma análise mais enriquecida do desenvolvimento, aplicado às regiões fronteiriças. Para completar este segundo bloco, o artigo *Sistema de Governança Territorial Local: caso de estudo da cidade da Guarda (Portugal)*, considerando a tendência atual, em que um novo modelo de gestão pública, onde os diversos atores são chamados a fazer parte ativa da gestão do território, propõe-se analisar o funcionamento e organização do sistema de *governance* local, como estratégia de afirmação dos territórios periféricos, de modo a aumentar a sua competitividade. A abordagem do tema *governance* local, ou governança territorial - termo

mais utilizado no Brasil -, é relativamente recente e ainda pouco explorado, no entanto, entende-se tratar-se de uma das dimensões intrínsecas ao processo de desenvolvimento, pois trata da sua gestão, da gestão das regiões ou territórios, desafio muitas vezes maior do que o ato de propor alternativas. O artigo afirma que a capacidade de orientar e decidir a organização e regulamentação do território depende de um eficaz e eficiente sistema de *governance*, com o que concordamos.

O terceiro bloco de artigos desta edição da revista DRd faz referência a algumas experiências de desenvolvimento espacializado, tendo uma centralidade temática que poderíamos resumir com um título: *a especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento (local, regional, territorial)*. Inicia-se com um artigo, sob a forma de ensaio teórico - *Da vantagem comparativa à “vantagem diferenciadora”: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento* -, complementando com outros dois artigos: *Estratégias Empresariais de Base Territorial: o caso Symington e a produção de Vinho do Porto*; *Futuro e tradição: um novo paradigma de competitividade para as regiões rurais e menos desenvolvidas*.

Levanta-se um tema pouco discutido no Brasil: as especificidades territoriais como ativos para o desenvolvimento. O ensaio teórico, parte de uma afirmação hipotética: as diferentes estratégias de especificação de ativos territoriais podem ser consideradas formas de revalorização das vantagens sustentáveis do território, na perspectiva de contribuir para a qualificação de estratégias de desenvolvimento (local, regional, territorial), apontando a Indicação Geográfica no Brasil, ou outras formas assemelhadas em outros países, como a principal estratégia de especificação. O artigo é concluído com indicativos de investigação, fazendo questionamentos. Um deles, parte do pressuposto de que o produto ou serviço que seja incluído no processo de registro da Indicação Geográfica precisa ser concebido como um ativo territorial coletivo, o que implica em que os benefícios sejam socializados territorialmente, evitando sua apropriação pela lógica empresarial capitalista. Questiona: quem são os maiores beneficiários destas experiências, o conjunto da população do território, ou apenas uma ou poucas empresas?

Os demais artigos deste terceiro bloco tratam do tema, referindo-se à realidade de países europeus. O primeiro, sobre a produção do *Vinho do Porto* inicia afirmando que, numa época em que as fronteiras físicas se esbatem e os negócios assumem uma natureza cada vez mais global, não são raros os casos de empresas que partindo de uma base regional limitada conseguiram impor-se nos mercados internacionais. Afirmando os autores que o uso de *referências de origem dos produtos* é, frequentemente, um elemento central na estratégia de abordagem dos mercados internacionais, ou seja, as *designações de origem* permitem, quando bem exploradas, incrementar o valor dos produtos ao mesmo tempo que os diferenciam da concorrência. O segundo artigo inicia afirmando que quando se pensa em desenvolvimento econômico, o futuro é normalmente perspectivado como sendo protagonizado por empresas com tecnologias de ponta, com altos níveis de produtividade e zero defeitos, sendo que a análise é frequentemente feita com base nos pressupostos da economia industrial. Todavia, experiências localizadas confrontam as regras do jogo econômico, criando novas oportunidades para o desenvolvimento das regiões rurais e/ou mais desfavorecidas. A condição é que estas regiões possuam um conjunto de ativos com forte ligação à natureza e aos saberes tradicionais regionais, cada vez mais valorizados pela sociedade moderna, com o que as novas tecnologias podem constituir, mais do que uma ameaça, uma nova esperança

para o seu desenvolvimento, permitindo elevar o nível de vida das suas populações e, ao mesmo tempo, evitar os malefícios das grandes sociedades industrializadas. No entanto, a autora alerta sobre os limites das oportunidades que a "nova era" econômica apresenta para a criação e desenvolvimento de empresas nestas regiões, evidenciando suas limitações e problemas, sugerindo algumas formas de as ultrapassar.

Tratam-se de abordagens sobre um tema que precisa ser aprofundado no Brasil, priorizando análises centradas na discussão das potencialidades e desafios das experiências de especificação de ativos territoriais como estratégia de desenvolvimento dos territórios, que resulte na efetiva melhoria das condições de vida de suas populações.

O quarto bloco contempla dois artigos sobre experiências de desenvolvimento regional: uma delas no Paraná (Brasil) e outra em região de fronteira da Argentina com o Brasil - *Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das Regiões do Paraná; Región fronteriza de Argentina y Brasil: asimetrías y potencialidades*. O artigo sobre o Paraná, analisa o perfil e o estágio de desenvolvimento econômico das regiões do Estado. Para isso, propõe um Índice de Desenvolvimento Regional, utilizando variáveis econômicas e sociais. Os resultados mostram que a microrregião de Curitiba se desenvolveu em um ritmo mais acelerado que as demais regiões paranaenses, com exceção da microrregião de Paranaguá, que obteve uma variação do nível de desenvolvimento maior que a de Curitiba. Já o artigo sobre as regiões fronteiriças Argentina-Brasil parte da constatação que as fronteiras sul-americanas se constituíram entre conflitos e arbitragens, de acordo com a geopolítica dominante na época. Com isso, a fronteira Brasil-Argentina tem alcançado na última década uma importância maior devido ao grande movimento transfronteiriço de mercadorias, gerado pelo processo integracionista do Mercosul. O estudo dos autores, conclui que o impacto nas zonas fronteiriças ocorreu sem deixar grandes rastros, no entanto, com uma assimetria maior que beneficia o Brasil. O desafio proposto é que tais estratégias fronteiriças, que têm logrado resultados diferentes, aproximem as populações próximas, recompondo relações e ampliando intercâmbios, como caminho para uma potencial integração produtiva.

O presente número da revista DRd finaliza com uma resenha de livro publicado em Portugal: *O Ordenamento do Território como Política Pública*. O livro em referência apresenta reflexões sobre os conceitos de ordenamento do território, sua evolução e fatores de convergência. A partir da experiência portuguesa, também debate a atualidade e futuro do ordenamento em Portugal. O destaque ao tema abordado no livro é fundamental, pois, enquanto em Portugal o ordenamento do território é discutido como política pública, a questão das políticas territoriais no Brasil ainda se apresenta como um grande desafio, seja como Política de Estado ou mesmo como tema de investigação.

Por fim, agradecemos aos colaboradores da revista DRd, sejam eles os autores dos artigos ou os Assessores Científicos que emitiram seus pareceres, bem como a Comissão e Conselho Editorial, sem a colaboração dos quais esta nossa tarefa de editar uma revista seria impossível.

Boa leitura a todos!

**Editores da Revista DRd**

Valdir Roque Dallabrida – Editor-chefe  
Armindo José Longhi – Editor Assistente